

EDITAL

CARTA CONVITE Nº 101/ 10

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, através do GABINETE DE COMPRAS E LICITAÇÕES PÚBLICAS, torna público, a quem possa interessar que, em obediência ao que preceitua a Lei Federal Nº 8.666/93, em suas normas gerais e demais normas que regem a matéria, fará realizar Licitação na modalidade de CARTA CONVITE do tipo MENOR PREÇO, de acordo com as disposições e demais elementos integrantes deste Edital, devendo os interessados apresentar os envelopes nº 01 (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) e o nº. 02 (PROPOSTA DE PREÇO), até as **15h00min** do dia **08/12/2010** na Central de Compras - GABEX, situada na Rua Marechal Floriano Peixoto nº. 458 – Centro, onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa para os serviços de telefonista, para atuar na Central Telefônica situada no Prédio da General Neto nº 34., conforme descritivo do Objeto, anexo I.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da Licitação todas as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta Carta Convite, que atenderem às exigências deste Edital.

2.2. Será vedada a participação de empresas, quando:

2.2.1. Declaradas inidôneas por Ato do Poder Público.

2.2.2. Sob Processo de Concordata ou Falência.

2.2.3. Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus órgãos Descentralizados.

2.2.4. Reunidas em consórcio.

2.2.5. Enquadradas nas disposições do Art. 09, da Lei Federal Nº 8.666/93.

2.2.6. Sejam constituída em Cooperativas de trabalho, nos termo de compromisso de

ajustamento de conduta celebrado entre o Ministério Público do Trabalho da 4ª Região e o Município de Rio Grande.

3. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas deverão ser apresentadas em dois invólucros, a saber:

DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

A documentação de habilitação será apresentada em 01 (uma) via e a proposta também em 01 (uma) via original, na data, hora e local indicados no aviso deste Edital, os interessados apresentarão os envelopes fechados e indevassáveis, no Gabinete de Compras e Licitações Públicas - GABEX, situado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 458 - Centro, com os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
INVÓLUCRO Nº 01: CONVITE 101/2010.
PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONISTA.
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
INVÓLUCRO Nº 02: CONVITE 101/2010.
PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONISTA.
MUNICIPAL DA FAZENDA.
PROPOSTA DE PREÇO.
PROPONENTE:

4. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Certidão de Inexistência de Débito para com o Sistema de Seguridade Social (CND).
- 4.2. Certificado de Regularidade com o FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.
- 4.3. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, na Jurisdição Fiscal do estabelecimento da licitante.
- 4.4. Declaração de observância à Constituição Federal, que em seu artigo 7º. inciso XXXIII, proíbe o trabalho de menores de 18 anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres e de menores de 16 anos em qualquer trabalho, exceto na condição de aprendizes, a partir de 14 anos.

4.5. Um ou mais atestados, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, comprovando o desempenho de atividade pertinente em características com objeto da licitação.

4.6. Declaração do proponente, firmada também pelo seu responsável legalmente habilitado, de que, através de visita deste ao local dos serviços, aceita como válida a situação em que se encontra aquele local para a realização dos serviços.

4.7. Cópia de Declaração de Enquadramento ou Certidão Simplificada em Micro Empresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP autenticada e emitida pela Junta Comercial, ou Declaração Simplificada de Pessoa Jurídica fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, caso se tratar de ME ou EPP.

4.7.1. Caso não utilizada a faculdade prevista no item 4.6, a empresa não ficará inabilitada, mas será considerado que a licitante optou por renunciar aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/2006.

4.8. A documentação exigida poderá ser apresentada no original, por qualquer processo de cópia autenticada, por publicação da imprensa oficial ou excepcionalmente por cópia a ser autenticada pela Comissão julgadora da Licitação ou Funcionário especialmente designado pelo Presidente mediante a apresentação do documento original.

4.8.1. Estão isentos da exigência contida neste item os documentos emitidos através da Internet, os quais terão sua validade verificada *online* pelos membros da Comissão.

4.9. Os documentos que dependerem de prazo de validade e que não contenham prazo de validade especificado no próprio corpo, em Lei ou neste Edital, devem ter sido expedidos no máximo até 90 (noventa) dias anteriores a data de abertura dos invólucros.

4.9.1. Com base nos Artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/06 fica esclarecido que a ME ou EPP deve apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.9.2. A ME ou EPP que apresentar documentos com restrições conforme item 4.6.1. ,terá assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período à critério da Administração Pública para a regularização dos mesmos, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.9.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 4.4.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação

cópia autenticada, por publicação da imprensa oficial ou excepcionalmente por cópia a ser autenticada pela Comissão julgadora da Licitação ou Funcionário especialmente designado pelo Presidente mediante a apresentação do documento original.

5. DA PROPOSTA

A proposta deverá ser apresentada da seguinte maneira:

5.1. Proposta comercial indicando o valor **do preço mensal global**, em moeda corrente nacional em algarismos, datilografada ou digitada em papel timbrado, não podendo ser manuscrita, nem conter emendas ou rasuras, de forma clara e precisa, assinada pelo licitante ou seu representante legal, devidamente identificado.

5.1.1. No referido preço total já deverão estar incluídos eventuais vantagens, e/ou abatimentos, tributos e demais encargos, como segue:

5.1.3. A proposta deverá conter ainda:

a) categorias profissionais que compõem o quadro de pessoal exigido para o serviço a contratar;

b) valor da remuneração prevista pelo proponente, por categoria profissional, remuneração esta que englobará salário, horas-extras, outros adicionais previstos na C.L.T. e encargos previdenciários;

5.1.5. Metodologia de execução, consubstanciada em plano de trabalho contendo:

5.1.5.1. Plano de trabalho no local detalhado pela licitante, conforme modelo de proposta deste Edital.

5.1.5.2. Cronograma de implantação dos serviços.

5.1.6. Declaração expressa de aceitação das condições deste Edital, sem restrição de qualquer natureza e de que, se vencedora da licitação executará os serviços de acordo com as normas e especificações vigentes neste município.

5.1.7. Declaração de que o preço proposto compreende todos os serviços, e encargos necessários a sua completa realização, mencionando o valor do último dissídio da categoria para base da proposta apresentada.

5.2. Tendo em vista o art. 40, Inciso X da lei 8.666/93 o valor estimado mensal é de R\$ 2.640,00(dois mil seiscentos e quarenta reais) .

5.3. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da documentação de habilitação.

5.4. Serão desconsideradas as propostas que forem manifestamente inexeqüíveis, presumindo-se como tal, aquelas que contiverem preços unitários vis ou excessivos.

6. DO RECEBIMENTO, DA ABERTURA, DO JULGAMENTO E DA HOMOLOGAÇÃO

6.1. DO RECEBIMENTO

6.1.1. O invólucro, na forma deste Edital, será recebido até as **15:00 hs** do dia **08 de dezembro de 2010** na Gerência de Compras e Licitações Públicas - GABEX, situada à Rua Marechal Floriano Peixoto nº. 458 - Centro, sendo que após este horário, não serão mais aceitos em hipótese alguma.

6.2. DA ABERTURA

6.2.1. A **abertura** das propostas será realizada às **15:30 hs** no local estabelecido no preâmbulo deste Edital.

6.2.2. É facultativa a presença de representante das firmas, caso se faça presente, o mesmo deverá se apresentar devidamente credenciado e identificado, para o processo de abertura dos envelopes.

6.2.2.1. A licitação transcorrerá em sessão pública sendo que somente o representante credenciado e identificado de cada uma das licitantes terá o direito a manifestação.

6.2.3. Se todas as propostas forem desclassificadas, a critério da Administração, poderá fundamentadamente ser concedido prazo de 08 (oito) dias úteis para as Licitantes apresentarem outras propostas.

6.2.4. De cada sessão pública será lavrada Ata circunstanciada dos trabalhos, a qual deverá ser assinada pelos membros da Comissão Julgadora da Licitação e, pelos representantes das empresas licitantes presentes.

6.2.5. Os recursos serão dirigidos a Autoridade Superior por intermédio da que praticou o ato recorrido, na forma e nos prazos previstos pelas disposições legais pertinentes e deverão ser protocolados no Gabinete de Compras e Licitações Públicas, visando sua juntada ao processo de licitação.

6.3. DO JULGAMENTO

A Tomada de Preço será julgada pela Comissão Julgadora da Licitação da seguinte forma:

6.3.1. Julgamento da documentação, levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 4 - DOCUMENTAÇÃO.

6.3.2. Julgamento da proposta levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 5 - PROPOSTA.

6.3.3. Em qualquer fase do julgamento, o não atendimento ou a insuficiência de comprovação de alguma exigência constante do Edital, implicará em inabilitação ou desclassificação do licitante.

6.3.4. A escolha da proposta vencedora será para o **menor preço mensal global**, na forma do subitem 5.1.

6.3.5. Em caso de empate entre duas ou mais proponentes a vencedora será escolhida por sorteio, em sessão pública.

6.3.6. Toda a documentação e proposta deverão ser apresentadas à época pertinente, ordenada a forma deste Edital.

6.3.7. O julgamento da habilitação e da proposta constitui ato interno da Comissão Julgadora da Licitação, a qual comunicará aos licitantes presentes, a respeito de suas decisões.

6.4. DA HOMOLOGAÇÃO

6.4.1. A comissão Julgadora da Licitação efetuará a classificação das propostas, procederá o julgamento, recomendará vencedora a firma que ofertar o **menor preço mensal global**, encaminhando o processo à Autoridade competente para homologar e adjudicar o certame.

6.4.1.1. Decorrido o prazo de validade das propostas estabelecido no sub-item 5.3, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

6.4.1.2. É facultada a Comissão Julgadora da Licitação ou a Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

7. DOS PRAZOS E REAJUSTE

7.1. O prazo de vigência do contrato decorrente desta licitação será de 12(doze) meses, contados da data de expedição da "Ordem de Início de serviço", podendo ser renovado por igual período até quatro prorrogações, a critério da contratante.

7.1.1. Os preços apresentados de acordo com a Legislação vigente serão irremovíveis, observando o interregno mínimo de 12 meses, montante A(dissídio da categoria) e montante B(variação URM), mediante documentação de comprovação.

7.2. Os serviços deverão ser totalmente implantados no prazo máximo de 10(dez) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato e respectiva ordem de início do serviço, de acordo com o Anexo I.

7.3. A adjudicatária será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data de recebimento da convocação, assinar o Termo de Contrato, atendidas as seguintes exigências:

7.3.1. Indicar o preposto que representará a empresa durante a execução dos serviços.

7.4. Havendo recusa da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido, é facultado a Administração convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e condições.

7.5. O início da execução dos trabalhos será contado a partir da data de expedição da "Ordem de Início dos Serviços", pela Secretaria envolvida no processo licitatório.

7.5.1. O prazo contratual será contado a partir da data de expedição "Ordem de Início do Serviço", na forma prevista no sub-item 7.5.

7.6. As alterações contratuais obedecerão a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.7. As medições naquilo que couber serão executados diariamente.

7.8. O prazo para pagamento das medições será de 05 (cinco) dias úteis, da apresentação da fatura dos serviços executados mensalmente.

8. DA GARANTIA

8.1. Por ocasião da assinatura do contrato a proponente deverá apresentar garantia, equivalente a 5 % (cinco por cento) do valor global por contrato junto à Tesouraria Municipal da Fazenda deste Município, conforme Lei nº. 8.666/93, em seu Art. 56, Parágrafo 1º.

8.2. A Garantia será liberada por ocasião do término, do contrato, satisfeitas às exigências contratuais.

8.3. No caso da garantia ser em moeda corrente, a mesma será aplicada em conta remunerada.

8.4. Em caso de infração contratual ensejado pela contratada, a Garantia descrita no item 8.1., reverterá aos cofres do município.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O prazo para pagamento das faturas será de 05 (cinco) dias úteis, da apresentação das mesmas, mensalmente, irrecorríveis, após atestado expedido pela SMA, quanto o fiel cumprimento das obrigações, sem o qual não será efetuado qualquer pagamento, mediante a comprovação de quitação de pagamento referente a salários e encargos sociais, tais como INSS e FGTS, cópia dos recibos de entrega dos vales transportes, dos vales alimentação,

dos uniformes e de outros benefícios estipulados na Convenção Coletiva de Trabalho, cópia dos pagamentos de férias, e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias, perante a Secretaria Municipal da Fazenda - SMF, a saber:

9.1.1. Esses documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da SMA.

9.1.1.2. As faturas expedidas serão o resultante dos serviços executados no espaço de 30 (trinta) dias, apurados pela fiscalização da SMF e por esta recebido.

10. DA RESCISÃO

10.1. A falência provocará a rescisão de pleno direito do contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura do concurso de credores.

10.1.1. A ausência de comprovação mensal da regularidade nos pagamentos dos encargos trabalhistas, sociais, impostos municipais e taxas, implicará em imediata suspensão do contrato.

10.2. Outrossim, constituirão motivos para rescisão dos contratos:

10.2.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais.

10.2.2. A paralisação dos serviços sem justa causa e sem prévia comunicação à Prefeitura.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, previstas no Art.87 da Lei nº.8.666/93.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Caberá a contratada:

12.1.1. Obter todas as licenças e franquias;

12.1.2. O pagamento de emolumentos prescritos em Lei e observação de todas as posturas referentes ao serviço;

12.1.3. Despesas decorrentes de Leis Trabalhistas e que digam respeito ao serviço contratado;

12.1.4. Custear todas as despesas, tais como: uniformes, acessórios e toda mão-de-obra necessária à execução do serviço.

12.2. A contratada, na vigência do contrato, será a única responsável, perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal, excluída a Municipalidade de quaisquer reclamações e indenizações. Serão de sua inteira responsabilidade todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual de todos os danos materiais ou pessoais causados à seus empregados ou a terceiros.

12.3. Não caberá qualquer cessão, subcontratação ou transferência do contrato a ser firmado com o Município.

12.4. A Licitante vencedora da licitação, caso não seja estabelecida no Município, deverá providenciar sua inscrição junto a Secretaria Municipal da Fazenda.

12.5. As despesas decorrentes da contratação serão suportadas com recursos financeiros previstos nas verbas próprias do orçamento vigente e futuros da Prefeitura, que serão suplementados, se necessário, para o regular empenho em nome da empresa que vier formalizar ajuste para a execução dos serviços.

12.6. O regime será o de execução indireta, na modalidade empreitada por preço global.

12.7. O Município se reserva o direito de emitir Ordem de Serviço de algum, de todos ou nenhum serviço, de acordo com sua conveniência.

12.8. Não se desclassificarão propostas pela simples ocorrência de vício que, a juízo da Comissão Julgadora, puder ser sanável, sem a quebra de igualdade de tratamento oferecido a todas as empresas licitantes.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O presente Edital deverá ser retirado e ou solicitado na Gerência de compras e Licitações Públicas - GABEX, situada à Rua Marechal Floriano Peixoto nº. 458 – Centro, Nesta.

13.1.1. Fazem parte integrante deste Edital de Licitação:

Anexo I - Descritivo do Objeto

Anexo II - Planilha de Custo Mensal

Anexo III - Minuta de Contrato

13.2. As informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas na Gerência de compras e Licitações Públicas - GABEX, situada à Rua Marechal Floriano Peixoto nº. 458 - Centro, Nesta, até 24 horas imediatamente anteriores àquela marcada para a entrega do envelope contendo documentos de habilitação e proposta de preço.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



13.3. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente licitação e não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

13.4. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar a presente licitação sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

14.5. Onde este Edital for omissivo prevalecerão os termos da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais legislação em vigor.

Rio Grande, 16 de novembro de 2010.

Regimar Hernandes da Rosa
Gerente de Compras e Licitações Públicas